ARTE E EDUCAÇÃO FÍSICA COMO EIXOS DA FORMAÇÃO INTEGRAL, INCLUSIVA E AVALIATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

MARCOS VINICIUS TAVARES CORREIA

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da Arte e da Educação Física no desenvolvimento integral dos estudantes, compreendendo essas áreas não como meras disciplinas do currículo, mas como campos essenciais para a formação humana. Para tanto, parte-se da concepção de que o direito à aprendizagem ultrapassa o acesso formal aos conteúdos escolares, exigindo a garantia de experiências significativas que envolvam a participação ativa, a expressão e o reconhecimento das individualidades de cada um dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, o estudo discute como as linguagens artísticas e corporais contribuem para a construção de uma educação mais sensível, inclusiva e comprometida com a equidade. Inicialmente, essa pesquisa aborda o direito de aprender Arte e Educação Física, destacando seus fundamentos legais e pedagógicos, bem como suas transformações históricas no contexto da educação brasileira destacando que, ao longo do tempo, ambas as áreas evoluíram de perspectivas tecnicistas e excludentes para abordagens mais humanas, que valorizam a expressão, a cultura e a diversidade. A partir de documentos como o Currículo da Cidade de São Paulo e o Currículo Paulista, reforça-se a compreensão dessas áreas como linguagens que possibilitam ao estudante ler, interpretar e intervir no mundo por meio do sensível e do simbólico. Em seguida, o artigo problematiza a inclusão e a equidade no ensino dessas disciplinas, apontando que a simples presença das disciplinas no currículo não garante o direito à aprendizagem. Discute-se então a necessidade de práticas pedagógicas que considerem os diferentes ritmos, contextos e formas de aprender, especialmente no que se refere a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou em situação de vulnerabilidade social. Nessa perspectiva, para que a inclusão aconteça, é compreendido que não basta que haja adaptação de recursos físicos e arquitetônicos, mas uma mudança de postura pedagógica, que reconheça a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Outro ponto central do estudo refere-se à participação e à expressão como direitos fundamentais defendendo o ensino da Arte e Educação Física como meio do desenvolvimento do protagonismo estudantil, ao possibilitarem que o aluno se expresse por múltiplas linguagens — visuais, sonoras, corporais e digitais. Além disso, destaca-se o papel das metodologias ativas e dos recursos tecnológicos na ampliação das formas de participação e no fortalecimento de práticas pedagógicas mais interativas e inclusivas. O artigo também analisa a avaliação sob uma perspectiva formativa e inclusiva, propondo a superação de modelos baseados no desempenho técnico ou na padronização de resultados. Defende-se que avaliar, nessas áreas, significa acompanhar processos, reconhecer trajetórias e valorizar os avanços individuais dos estudantes. Por fim, conclui-se que a Arte e a Educação Física, quando trabalhadas de forma integrada, sensível e inclusiva, constituem pilares fundamentais para a educação integral. Ao promoverem experiências que articulam corpo, emoção, pensamento e cultura, essas áreas contribuem para a formação de sujeitos críticos, criativos e empáticos e garantir o direito à aprendizagem nesses campos significa assumir um compromisso ético com práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e assegurem a participação de todos reafirmando a necessidade de uma educação que vá além da transmissão de conteúdos, consolidando-se como um espaço de formação humana plena, democrática e consequentemente, transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral; Arte; Educação Física; Inclusão; Equidade; Avaliação formativa; Expressão; Participação; Cultura; Desenvolvimento humano.

INTRODUÇÃO

Pensar educação de forma ampla possibilita-nos compreender que esta não pode nem deve ser reduzida à uma simples transmissão de conteúdo formal ou ao preparo teórico e físico do estudante

para demandas externas baseadas em técnicas corporais ou, avaliações teóricas. Em vez disso, pensar educação é acima de tudo formar sujeitos e isso significa ir muito mais além no processo de ensino-aprendizagem: envolve considerar a complexidade do ser humano, suas particularidade, suas individualidades, suas emoções, seu corpo, suas relações e sua capacidade de atribuir sentidos ao mundo. É sob essa perspectiva, a arte e a Educação Física se encontram como campos essenciais, na constituição de uma formação verdadeiramente integral. A sensibilidade e corporeidade desenvolvidas nas áreas de Arte e Educação Física, ampliam as possibilidades de aprendizagem para além do pensamento lógico-formal. De um lado, a arte convoca o estudante a ler e elaborar o mundo por meio de imagens, sons e narrativas, do outro, a Educação Física o convida a experimentar esse mesmo mundo com o corpo, em movimento, ritmo e presença. Todavia, ambas atuam no território do sensível e do simbólico, promovendo experiências que favorecem não apenas a expressão, mas também a compreensão de si e do outro.

Nesse processo, o estudante deixa de ser apenas o que recebe informações e passa a se reconhecer como sujeito ativo, capaz de ler, compreender, criar, interpretar e interagir ao passo em que desenhar, dançar, jogar ou explorar práticas corporais diversas, ele constrói significados, desenvolve autonomia e fortalece vínculos sociais. Trata-se de um processo que integra dimensões cognitivas, afetivas, sociais e motoras presentes na educação integral humana que contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, críticos e participativos.

Dessa forma, a qualificação do ensino da arte e da Educação Física no cotidiano escolar, não se resume a um complemento do processo de aprendizagem, mas uma necessidade. Isso porque, quando valorizadas em sua potência pedagógica, essas linguagens favorecem o desenvolvimento da coletividade, da socialização, da criatividade, da empatia, da cooperação e do respeito às diferenças em especial, em contextos marcados pela diversidade, que se tornam ainda mais relevantes pois abrem caminhos para que cada estudante encontre formas individuais, que respeitem suas particularidades, de aprender e se expressar.

No entanto, garantir esse direito exige mais do que a inclusão dessas áreas nos currículos educacionais. É preciso garantir práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade dos sujeitos e criem condições reais de participação de cada um. Isso significa deixar de lado os modelos educacionais engessados e investir em propostas que dialoguem com as experiências dos estudantes, considerando suas potencialidades, conhecimentos prévios e seus desafios.

Dessa forma, pensar a educação a partir da integração entre arte e Educação Física é compreender que aprender envolve sentir, criar, mover-se e conviver e assim, fazer com que a escola não seja um ambiente que apenas instrui, mas forma, que não apenas ensina, mas acolhe e compreende o desenvolvimento humano como um processo diverso e vivo e em constante evolução.

O DIREITO DE APRENDER ARTE E EDUCAÇÃO FÍSICA: INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Se entende por direito de aprendizagem um processo real, em que o estudante não apenas acessa o conhecimento de modo formal, mas consegue vivenciá-lo, atribuindo sentido e vivência à sua própria trajetória. Nessa perspectiva, a escola deixa de ocupar um lugar destinado à transmissão de conteúdos e passa a ser compreendida como um espaço de experiências em que o sujeito aprende com o corpo, com a sensibilidade e com as relações que estabelece com o mundo. Nesse cenário, a Arte e a Educação Física se encontram como campos inseparáveis para a formação humana integral.

O Currículo da Cidade de São Paulo (2019) compreende que educar é um ato que envolve participação, escuta e reconhecimento do estudante como sujeito ativo no processo de ensino aprendizagem. Tanto na Arte quanto na Educação Física, esse princípio se concretiza quando se garante ao educando não apenas o contato com conteúdos formais, mas a possibilidade real de expressão. Seja por meio de imagens, sons e narrativas, seja por meio de gestos, jogos e práticas corporais, o estudante é convidado a experimentar e vivenciar diferentes formas de linguagem, ampliando suas maneiras de ler e interpretar o mundo.

Nesse sentido, ambas as áreas compartilham uma dimensão fundamental atuando no campo do sensível e do simbólico: Por um lado, a Arte mobiliza a imaginação, a criação e a leitura estética da realidade por outro, a Educação Física possibilita a vivência do corpo como linguagem, presença e forma de comunicação. Como aponta Peters (2011), essas experiências atravessam dimensões cognitivas, afetivas e sociais, contribuindo diretamente para o desenvolvimento integral do ser humano.

Ao incluir essas linguagens no cotidiano escolar, se faz possível criar condições para que o estudante desenvolva não apenas habilidades técnicas, mas também autonomia, criticidade e consciência de si e do outro. O Currículo Paulista (2026) reforça essa ideia ao destacar que tanto as práticas artísticas quanto as corporais favorecem o diálogo intercultural e o respeito à diversidade ao passo que, ao vivenciar diferentes manifestações culturais, o estudante enriquece seu repertório e reconhece a pluralidade como elemento fundamental da sociedade.

Contudo garantir o direito de aprender, nessas disciplinas, exige mais do que sua presença formal no currículo pois é necessária a promoção de práticas pedagógicas que acolham as diferenças, respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem e valorizem as múltiplas formas de participação uma vez que, pesquisas no campo da educação inclusiva indicam que propostas focadas em modelos tradicionais — seja de expressão artística ou de desempenho corporal — tendem a excluir estudantes que não se encaixam nesses padrões (QUADROS; CRUZ, 2011; SKLIAR, 2010).

Dessa forma, o desafio da educação contemporânea integral está em transformar esse direito em experiência real e significativa. Isso significa proporcionar práticas sensíveis, que considerem a diversidade de corpos, histórias e contextos presentes na escola pois a Arte e a Educação Física, quando trabalhadas de maneira integrada e significativa, deixam de ser compreendidas como áreas isoladas e passam a integrar um campo essencial da formação, onde o estudante cria, se movimenta, se expressa e, sobretudo, se reconhece.

Por fim, refletir sobre o direito de aprender Arte e Educação Física é compreender que o desenvolvimento integral envolve sentir, pensar, agir e conviver. Isso significa que o conhecimento não se limita ao intelecto, mas se constrói também no gesto, na emoção e na experiência estética. Assim, reafirma-se que essas áreas não são complementares tampouco "dispensáveis", mas essenciais para a formação de sujeitos críticos, sensíveis e capazes de intervir de maneira consciente na realidade.

Diante disso, surge uma questão fundamental: de que maneira a integração entre Arte e Educação Física pode fortalecer práticas pedagógicas inclusivas e garantir, de forma efetiva, o direito de aprendizagem no contexto educacional brasileiro? Tal reflexão nos propõe uma análise de políticas, metodologias e experiências que reconheçam essas linguagens como centrais – e não secundárias como consideradas atualmente – na construção de uma educação mais humana, democrática e integral.

INCLUSÃO E EQUIDADE NO ENSINO DE ARTE E EDUCAÇÃO FÍSICA: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Falar de educação humana integral no ensino qualificado da Arte e da Educação Física não é possível sem falar de inclusão e pensar em educação inclusiva nessas áreas, nos exige voltar o olhar para além das estruturas e adaptações arquitetônicas e materiais. Isso quer dizer que rampas, materiais acessíveis e recursos de comunicação são indispensáveis, mas não suficientes. Porém, neste caso, uma questão fundamental se impõe à escola e ao educador: como garantir que tanto a experiência estética quanto a vivência corporal sejam, de fato, acessíveis a todos, respeitando as diferentes formas de ser, sentir, se expressar e estar no mundo?

Nesse sentido, Arte e Educação Física compartilham de um olhar essencial no sentido de quebrar com a lógica da padronização. Enquanto a arte compreende diversas formas de criação e leitura do mundo, a cultura corporal reconhece que cada corpo carrega sua própria história, seus limites, suas potências e particularidades e quando a escola abre espaço para que essas individualidades apareçam, ela não está apenas incluindo — está validando diferentes tipos de existência. Aqui, o erro deixa de ser falha

e passa a ser processo; o limite deixa de ser barreira e passa a ser possibilidade.
Nos últimos anos, a articulação entre políticas públicas e programas educacionais tem buscado reformular o desenvolvimento da Arte e da Educação Física na rotina escolar, democratizando o acesso a expressão e as vivências corporais.
Para tanto, iniciativas voltadas à formação docente, aliadas a estratégias de inclusão digital, têm sido fundamentais para conectar o ensino artístico às raízes das manifestações locais e às linguagens tecnológicas contemporâneas (PIMENTA; ANASTÁCIO, 2017).
Tais avanços mostram que a educação artística e a educação física apresentam potencial para gerar inclusão, participação social e autonomia criativa. Contudo, garantir o direito de aprender Arte e Educação Física demanda um esforço que transcende a mera inclusão da disciplina no currículo tornando-se essencial olhar para as necessidades da escola, a sensibilidade das metodologias adotadas e as oportunidades efetivas que leve o estudante ao protagonismo em sua própria jornada artística.
Pesquisas na área da educação inclusiva apontam que práticas pedagógicas tradicionais nem sempre conseguem contemplar toda a diversidade presente nas salas de aula. Isso acontece porque, estudantes que apresentam diferentes formas de aprender, devido a determinadas deficiências ou até contextos socioeconômicos diversos podem enfrentar dificuldades de participação quando as atividades são propostas de maneira pouco acessível ou centradas em modelos únicos de expressão (QUADROS; CRUZ, 2011; SKLIAR, 2010). Isso faz com que uma exclusão no processo de ensino aconteça, não apenas pela ausência de recursos que se relacionem a materiais, mas também pela falta de estratégias pedagógicas que visem a valorização das múltiplas formas de participação e expressão.
É nesse cenário que a mediação docente se torna um diferencial, pois o educador, seja na sala de arte ou na quadra, deixa de ser apenas um emissor de conteúdos e se torna alguém que cria caminhos de pertencimento. Isso significa compreender que cada estudante acessa o conhecimento de formas distintas: há quem organize o mundo pelas imagens, outros pelo movimento, outros ainda pela combinação entre ambos. Um estudante com deficiência visual por exemplo, pode sentir a arte pelo toque e o movimento pelo som; já outro estudante com autismo pode encontrar tanto na repetição de padrões visuais quanto na organização rítmica do corpo uma forma significativa de expressão e assim, sucessivamente e é nessa escuta sensível que a inclusão deixa de ser um recurso apenas legal e passa a estruturar toda a prática pedagógica que seja de fato significativa para o estudante.
Os currículos, tanto municipais quanto estaduais, já apontam a equidade como compromisso ético. Assim, o desafio contemporâneo da educação ultrapassa a matrícula: envolve metodologias que reconheçam a individualidade do aluno com deficiência e garantam a acessibilidade curricular, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015):

"No caso da Educação Especial, o desafio da equidade requer o compromisso com os estudantes com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de acessibilidade curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência" (Lei nº 13.146/2015)" (CURRÍCULO PAULISTA, 2026).

No entanto, transformar esse princípio em prática cotidiana ainda é um desafio. Isso porque, muitas vezes, educadores insistem em propostas pedagógicas que esperam respostas iguais de estudantes diferentes. Como apontam Quadros e Cruz (2011) e Skliar (2010), a exclusão não acontece apenas quando o estudante está fora, mas também quando ele está dentro sem conseguir participar de forma significativa.
Pensar a equidade, portanto, é compreender que ensinar não é oferecer o mesmo para todos, mas qualificar o método de ensino de modo a garantir que cada um, dentro de suas particularidades e necessidades, tenha condições reais de aprender. Na Arte, isso pode significar explorar materiais diversos, linguagens acessíveis e referências culturais próximas da realidade do estudante. Na Educação Física, isso se encaixa em adaptar regras, flexibilizar práticas e valorizar diferentes formas de participação — visando não apenas o desempenho, mas

o envolvimento, a descoberta e a expressão.
Outro aspecto que permeia essas áreas refere-se às desigualdades socioculturais. Muitos estudantes chegam à escola com pouco acesso a experiências artísticas ou corporais fora desse espaço. Nesses casos, a escola assume um papel ainda mais significativo: desenvolver repertórios, proporcionar vivências e reconhecer saberes que já existem, mesmo que não estejam legitimados socialmente. Isso significa que valorizar uma dança local, um jogo de rua ou uma forma espontânea de desenhar é também um gesto de inclusão.
Por fim, as práticas inclusivas em Arte e Educação Física não se limitam apenas a estratégias isoladas, pelo contrário, se constroem como um conjunto de ações intencionais, que visam associar sensibilidade, planejamento e compromisso com o outro. Ao reconhecer as diferenças como parte constitutiva do processo educativo, o professor transforma a sala de aula e a quadra em espaços de convivência, criação e respeito. Isso significa que, no fundo, incluir nessas áreas é permitir que o estudante não apenas participe, mas vivencie de fato a experiência — e, ao mesmo tempo, toque de forma significativa o coletivo com sua presença. Quando isso acontece, a concepção de "normalidade" perde força e dá lugar a uma educação mais humana, onde cada sujeito encontra seu modo de aprender, se expressar e existir de forma confortável e é nesse encontro entre corpo, sensibilidade e cultura que o desenvolvimento integral deixa de ser discurso e passa a ser vivido no cotidiano da escola.

PARTICIPAÇÃO E EXPRESSÃO COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS NA ARTE E NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A participação e a expressão em Arte e Educação Física são direitos fundamentais na escola, mas para que esses direitos se concretizem, é necessário que educação e educador aprendam que aprender vai muito além de assimilar conteúdo. Trata-se de garantir que o estudante tenha voz, corpo e sensibilidade envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, tanto a Arte quanto a Educação Física assumem papel fundamental ao passo em que atuam diretamente em campos que permitam que o sujeito se expresse de forma inteira — seja pela criação estética, seja pelo movimento. Dessa forma, o direito de aprender – nessas disciplinas –, não pode e nem deve ser limitado ao acesso ou à realização de tarefas uma vez que se efetiva quando o estudante participa, experimenta, cria e se reconhece no que faz. Enquanto a Arte, ao proporcionar contato com imagens, sons, narrativas e símbolos, convida o estudante a representar o mundo a partir de sua própria leitura, a Educação Física, ao trabalhar com jogos, danças, lutas e práticas corporais, permite que esse mesmo sujeito compreenda e expresse sua presença no mundo por meio do corpo. Em ambos os casos, estamos diante de linguagens que não apenas comunicam, mas constroem sentidos. Diferente de disciplinas marcadas por respostas teóricas e únicas, essas linguagens acolhem a diversidade e consequentemente, as diferenças. Isso acontece porque cada produção artística e cada gesto físico carregam marcas da história, da cultura e das experiências de quem os realiza. É por isso que a participação deixa de ser uma obrigação legal e passa a ser um direito essencial. Quando o estudante desenha, dança, joga, interpreta ou cria, ele não está apenas aprendendo um conteúdo — está exercendo sua condição de sujeito.
Diante das pesquisas realizadas, é possível perceber que a literatura educacional aponta que essas experiências estão diretamente ligadas ao fortalecimento da autoestima, autonomia e capacidade crítica ao passo que, ao se expressar, o estudante organiza pensamentos, elabora emoções e estabelece relações mais conscientes com o outro e com o meio em que vive. Nesse processo, tanto a Arte quanto a Educação Física contribuem de forma significativa para uma formação que integra dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais presentes na concretização de uma educação de fato, integral.
No entanto, essa participação não acontece de forma espontânea em todos os contextos. Para que a educação seja de fato integral, é preciso que a escola construa intencionalmente espaços de acolhimento, onde diferentes formas de expressão sejam valorizadas. Isso significa compreender que nem todos os estudantes se expressam do mesmo modo ou no mesmo ritmo e tempo. Alguns en-

contram na imagem sua forma de dizer, outros no corpo em movimento, outros ainda na combinação entre ambos. Garantir esse direito é, portanto, oferecer diversos caminhos para que todos possam se envolver de maneira significativa. Nesse aspecto, a compreensão do professor acerca de uma educação integral, de qualidade e significativa é essencial pois cabe a ele criar condições para que o estudante se sinta convidado — e não apenas obrigado — a participar. Isso significa flexibilizar propostas, diversificar estratégias e metodologias além de considerar as experiências e conhecimentos prévios que cada estudante traz consigo. Um jogo pode ser repensado, uma atividade artística pode ganhar novos olhares e suportes, uma prática corporal pode ser adaptada pois, o importante não é o desempenho ideal, mas a possibilidade real de participação de todos.

Ademais, numa sociedade marcada por desigualdades, a escola assume o compromisso de ampliar repertórios uma vez que muitos estudantes têm pouco acesso a experiências culturais ou corporais fora do ambiente escolar. Nesse sentido, proporcionar vivências em Arte e Educação Física como visitas e participações em teatros, museus, espaços de dança, torneios, eventos de atletismo e campeonatos internos e externos é também um gesto de democratização. É permitir que todos tenham contato com diferentes formas de expressão e, a partir delas, construam sua própria maneira de estar no mundo.

Na atualidade, torna-se mais possível essa flexibilização já que, as tecnologias e metodologias contemporâneas ampliam essas possibilidades por meio de recursos digitais, propostas colaborativas e práticas interativas que favorecem o engajamento criando espaços de criação e movimento. Mais do que ferramentas, esses recursos se tornam pontes para que o estudante participe, produza e compartilhe suas experiências por isso, precisam ser considerados no processo e nas metodologias de ensino aprendizagem.

Por fim, o direito à participação e à expressão, quando assegurado na Arte e na Educação Física, ultrapassa a formalidade legal e teoria dando espaço à vida no cotidiano escolar ao passo em que o estudante se envolve, se reconhece e transforma o espaço ao seu redor com sua presença. É nesse movimento que a educação deixa de ser apenas transmissão de conhecimentos e passa a ser experiência — uma experiência que forma sujeitos sensíveis, críticos e capazes de intervir na realidade de maneira consciente.

AVALIAÇÃO FORMATIVA E INCLUSIVA NA ARTE E NA EDUCAÇÃO FÍSICA: DO DESEMPENHO AO PERCURSO

Se até aqui refletimos sobre o direito de desenvolver a expressão estética e corporal, é na avaliação que esse princípio se concretiza — ou se quebra — no cotidiano escolar. Em uma perspectiva pautada pela equidade, tanto na Arte quanto na Educação Física, avaliar deixa de ser um mecanismo de classificação e se torna um norte no processo de acompanhamento sensível, contínuo e comprometido com o desenvolvimento integral do estudante.

Historicamente, a avaliação nessas áreas foi profundamente marcada por critérios restritos: na Arte, muitas vezes associada à reprodução técnica ou ao "talento"; na Educação Física, fortemente vinculada ao desempenho atlético ou à execução correta de gestos e movimentos. Esses modelos, ao estabelecerem padrões rígidos, acabam por excluir aqueles que não se encaixam em uma lógica de desempenho idealizado e padrão. No entanto, quando olhamos para a formação humana em sua integralidade, avaliar com qualidade é acima de tudo, considerar e reconhecer os caminhos que o estudante percorre ao se relacionar com as linguagens artísticas e corporais.

De acordo com o Currículo da Cidade de São Paulo (2019), a avaliação deve ser processual, diagnóstica, diversificada e principalmente, um instrumento a serviço da aprendizagem – não, um tipo de classificação. Isso significa desviar o foco do resultado e voltá-lo para o percurso vivido. Na Arte, isso significa valorizar a experimentação, a criação, a intencionalidade e a capacidade de atribuir sentidos. Na Educação Física, envolve reconhecer o engajamento, a participação, a cooperação e a forma como o estudante se apropria das práticas corporais ao longo do tempo.

Diante desse contexto, torna-se fundamental substituir o critério da "eficácia

técnica" pelo da "evolução singular". Peters (2011) aponta que, ao considerar as dimensões socioemocionais, a avaliação passa a contemplar aspectos como autonomia, interação e ressignificação de limites. Dessa forma, o estudante não deve ser comparado a um padrão externo, mas reconhecido em sua singularidade, individualidade, necessidade e trajetória.

Para um aluno com deficiência, por exemplo, o avanço pode estar na ampliação de sua participação, na construção de confiança ou no fortalecimento de vínculos — elementos que, muitas vezes, não aparecem em padrões de avaliações tradicionais, mas são essenciais para sua formação e desenvolvimento.

Skliar (2010), por sua vez, nos mostra que toda avaliação uniforme e padronizada carrega por si só, um potencial excludente. Por isso, pensar a equidade avaliativa requer flexibilizar instrumentos e ampliar possibilidades. Nesse sentido, autoavaliações, registros processuais, portfólios, vídeos, rodas de conversa e diários reflexivos são estratégias que permitem ao estudante narrar sua própria experiência, seja no fazer artístico, seja no movimento e esses recursos, aliados a metodologias ativas e ao uso de tecnologias (MORAN, 2013), favorecem uma avaliação mais dialógica, na qual o feedback se transforma em escuta e orientação, e não em julgamento.

Dessa forma, avaliar na Arte e na Educação Física torna-se um ato ético e pedagógico e requer reconhecimento quanto a pluralidade dos sujeitos, ou seja, mais do que conferir habilidades, a avaliação nessas áreas se trata de acompanhar processos, identificar potências e criar condições para que cada estudante avance a partir de sua realidade deixando de ser um ponto final e passando a ser parte do próprio caminho de aprendizagem do indivíduo.

Por fim, como destacam Quadros e Cruz (2011), quando o processo avaliativo considera as adequações necessárias e as diferentes condições de acesso, se transforma em um espaço de reconhecimento e pertencimento. Sob essa perspectiva, a avaliação não seleciona nem exclui — pelo contrário: ela acolhe, orienta e fortalece reafirmando o papel da Arte e Educação Física na construção de uma educação mais justa, inclusiva e verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste percurso, foi possível compreender que pensar a educação a partir da Arte e da Educação Física é compreender o estudante em sua totalidade — ser que sente, pensa, cria, se move e se relaciona e mais do que garantir a presença dessas áreas no currículo, se faz necessário garantir que elas aconteçam como experiências significativas, capazes de desenvolver dimensões integrais que muitas vezes ficam à margem de modelos educacionais tradicionais.

Nesse contexto, tanto o fazer artístico quanto a vivência corporal se definem como caminhos potentes da formação humana. Ao desenhar, interpretar, dançar, jogar ou explorar diferentes linguagens, o estudante reproduz afetos, organiza pensamentos e constrói sentidos sobre si e sobre o mundo. Esse processo não é apenas técnico, mas profundamente humano, pois envolve autoconhecimento, expressão e pertencimento. Assim, Arte e Educação Física se consolidam como espaços onde o sujeito se reconhece como protagonista no que se refere a produção de cultura e consequentemente, sua própria trajetória.

Sob uma perspectiva humanizada, essas áreas quebram com a ideia da mecanização e do tecnicismo — seja do pensamento, seja do corpo. A Arte amplia o olhar, proporcionando ao estudante a percepção de nuances e significados que transcendem o discurso verbal. A Educação Física, por sua vez, ressignifica o gesto, transformando o corpo em linguagem viva, capaz de comunicar, sentir e interagir. Juntas, ambas desenvolvem as formas de leitura e intervenção na realidade, contribuindo para o desenvolvimento de sujeitos mais críticos e sensíveis.

Além disso, ambas desempenham uma função social essencial uma vez que ao entrar em contato com diferentes manifestações culturais, o estudante é provocado a perceber e compreender o outro em sua diferença e esse encontro favorece a construção da empatia, do respeito e da convivência, elementos fundamentais para uma educação comprometida com a diversidade e justiça social.

No entanto, garantir esse direito não se

limita ao acesso formal às aulas. Como evidenciado, práticas pedagógicas centradas em padrões estabelecidos de desempenho ou expressão ainda produzem exclusões, muitas vezes silenciosas. Nesse sentido, a avaliação atua como papel central desse debate: quando compreendida apenas como resultado quanto ao rendimento, ela reforça desigualdades; mas, quando assumida como processo formativo, pautada na evolução individual de cada estudante envolvido no processo de aprendizagem, torna-se um instrumento potente de inclusão. Diante de todo esse contexto, avaliar tanto na Arte quanto na Educação Física, não se limita ao alcance do estudante por conhecimentos técnicos e teóricos, ao contrário disso, significa acompanhar trajetórias, reconhecer avanços e compreender os modos individuais de cada estudante aprender e se expressar. Isso significa deslocar o foco do resultado técnico para todo o percurso, valorizando o engajamento, a participação, a criatividade e a capacidade de ressignificar experiências. Nesse sentido, instrumentos como portfólios, registros processuais, autoavaliações e práticas dialógicas permitem que o estudante também se reconheça nesse processo, atribuindo sentido à sua própria aprendizagem. Ainda no que se refere a avaliação, consi-

vimento humano: práticas pedagógicas inclusivas. Porto Alegre: Mediação, 2016.

MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2013.

NEIRA, Marcos Garcia. Educação física cultural: práticas pedagógicas. São Paulo: Blucher, 2018.

PETERS, Maria Lúcia. Arte e formação humana: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTÁCIO, Cláudia. Educação artística no Brasil: políticas públicas e práticas pedagógicas. Campinas: Autores Associados, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTÁCIO, Lea das Graças Camargos. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2017.

QUADROS, Ronice Müller de; CRUZ, Carina Rebello. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SÃO PAULO (Município). Currículo da Cidade: Ensino Fundamental – Arte e Educação Física. São Paulo: SME, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Currículo Paulista. São Paulo: SEE, 2026.
SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.